

O papel da Responsabilidade Social Empresarial em cenários de conflitos ambientais siderúrgicos - O caso da TKCSA na periferia carioca de Santa Cruz

Janaina Bezerra Pinto (UFRJ) - jana.bras@gmail.com

Resumo:

Uma das maiores plantas de siderurgia de toda a América Latina, a ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) ocupa 9km² dentro do que, além de um bairro bastante residencial, também é uma área de relevante interesse ecológico chamada Baía de Sepetiba, no município do Rio de Janeiro. Tradicionalmente, a natureza fértil da baía garantiu e ainda garante - embora de maneira cada vez mais precária - a vida de boa parte dos/as moradores/as dali. Desde a década de 1970, porém, os modos de vidas dessas pessoas são atravessados, com pouco ou nenhum espaço para trâmites democráticos, pelas decisões tomadas por relações empresa-Estado. O remanejamento dos aquíferos em favor da lógica siderúrgica e em detrimento da vontade política de moradoras/es, em especial trabalhadoras/es da pesca, é um dos conflitos travados em torno da Siderúrgica do Atlântico. Outro conflito ambiental é a emissão continuada de particulados por parte dos altos-fornos siderúrgicos. Este trabalho objetiva situar o caso da TKCSA na bibliografia de conceituação de conflito ambiental para, em seguida, contrapor os dois conflitos existentes apontados com as medidas compensatórias e de RSF realizadas pela companhia.

Palavras-chave: *ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico, Responsabilidade Social Empresarial, conflito ambiental*

Área temática: *GT-16 "Da Lama ao Caos": Reflexões sobre a Crise Socioambiental e as Relações Estado-Empresa- Sociedade*

O PAPEL DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL EM CENÁRIOS DE CONFLITOS AMBIENTAIS SIDERÚRGICOS – O caso da TKCSA na periferia carioca de Santa Cruz

Janaína Bezerra Pinto¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

janaina.pinto.pesquisadora@hotmail.com

1. Contextualização:

A Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) é um empreendimento do conglomerado transnacional de origem alemã ThyseKrupp (TK) e da empresa transnacional de origem brasileira Vale S. A. O complexo industrial está alocado em uma das regiões de mais baixo Índice de Desenvolvimento Social (IDS) do município do Rio de Janeiro: o bairro de Santa Cruz, fronteira com a cidade de Itaguaí (CAVALLIERI; LOPES, 2011, p.8-10).

De acordo com a assessoria de imprensa da companhia, a produção anual da planta siderúrgica em 2014 foi de 4,1 milhões de toneladas de placas de aço; e 90% da produção da empresa era exportada pelo porto privado da companhia no segundo semestre de 2015 (PINTO, 2015). As 4,1 milhões de toneladas de placas de aço feitas pela TKCSA em 2014 significaram aproximadamente 62% da produção nacional deste produto siderúrgico naquele ano (AÇOBASIL, 2015).

As porcentagens, então, fazem dela uma grande contribuidora para a política econômica brasileira focada na aquisição de divisas internacionais, e também para a política econômica do estado do Rio de Janeiro, cuja perspectiva fomenta a multiplicação de parques industriais nas periferias enquanto o governo municipal da capital investe na divulgação da Cidade Maravilhosa de Megaeventos e Megainvestimentos Imobiliários. A Siderúrgica do Atlântico é, portanto, sob essa perspectiva, uma aliada do estado brasileiro e do governo fluminense.

¹ Janaína Bezerra Pinto é graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará e mestre em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora associada do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, trabalha como jornalista freelancer na cidade do Rio de Janeiro.

Existe outra perspectiva que também dá sinais de aliança entre Estado e empresa neste caso. Quando chegou ao bairro, o empreendimento veio endossado pelo próprio governo do estado do Rio de Janeiro, através da doação de um terreno público onde viviam setenta e cinco famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e estava o mangue. Há hoje, dentro do terreno público doado à companhia, uma reserva de 160 hectares de mangue; para a construção, foram desmatados 23 hectares.

Uma das maiores plantas de siderurgia de toda a América Latina, a TKCSA ocupa 9km² dentro do que, além de um bairro bastante residencial, também é uma área de relevante interesse ecológico chamada Baía de Sepetiba². Nas peças institucionais da siderúrgica, o local é referido sempre como o Distrito Industrial de Santa Cruz (THYSSENKRUPP-CSA, 2015) - o que procede; Santa Cruz é, de fato, um distrito industrial³. Foi assim declarada há pouco mais de quatro décadas. Ali fábricas são bem-vindas pelo Estado e recebem benefícios fiscais dos governos estadual e municipal.

Porém, além de terra prometida às indústrias, Santa Cruz é um bairro onde vivem quase 6% da população carioca e onde as raízes rurais ainda mantêm vivos os costumes da pesca, da agricultura, da apicultura e da criação de animais (CAVALLIERI; LOPES, 2011, p.8). Tradicionalmente, a natureza fértil da baía garantiu e ainda garante - embora de maneira cada vez mais precária - a vida de boa parte dos/as moradores/as dali. Desde a década de 1970, porém, os modos de vidas dessas pessoas são atravessados, com pouco ou nenhum espaço para trâmites democráticos, pelas decisões tomadas por relações empresa-Estado.

A situação em si, apenas descrita, já apresenta latências de conflitos ambientais, uma vez que traz, pelo menos, dois grupos sociais que fazem usos distintos e contemporâneos de uma mesma base material/ecossistema: trabalhadoras/es com modos de vida tradicionais de extradição – pescadoras/es, agricultoras/es, apicultoras/es - e a siderúrgica.

Henri Acselrad define a essência dos conflitos ambientais da seguinte forma:

² Para ver a lista completa de Áreas de Relevante Interesse Ambiental na cidade do Rio de Janeiro acesse: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smac/exibeconteudo?article-id=2812668>>. Acesso em 2 jun. 2015.

³ Para ver a lista completa de Distritos Industriais do estado do Rio de Janeiro, acesse: <<http://www.codin.rj.gov.br/Paginas/ApoiInvestidor/AlternativaLocalizacao/AlternativasLocalizacao.asp>>. Acesso em 5 jun. 2015.

São aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação de território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (2004, p. 26).

Em reportagem investigativa acerca dos dez anos de embates entre moradoras/es contrário ao empreendimento e a TKCSA, Pinto descreve assim o conflito ambiental existente entre dois grupos sociais – pescadoras/es e siderúrgica:

O porto privativo da companhia fica dentro da baía de Sepetiba. Parte da captação da água necessária ao processo industrial é feita no estuário do canal São Francisco - braço do rio Guandu. A água utilizada na termelétrica do complexo siderúrgico é dispensada também no São Francisco. De acordo com a CSA, a alta tecnologia utilizada pelo empreendimento devolve a água ao Guandu sem poluentes e não despeja nenhuma substância tóxica nem na Baía de Sepetiba nem no canal São Francisco. De acordo com pescadores contrários ao empreendimento, quando o nível do canal está baixo, é possível ver línguas pretas de poluição e a captação de água no canal afasta os peixes do lugar de onde eles costumavam tirar o sustento de suas famílias (2015).

O remanejamento dos aquíferos em favor da lógica siderúrgica e em detrimento da vontade política de moradoras/es, em especial trabalhadoras/es da pesca, é um dos conflitos travados em torno da Siderúrgica do Atlântico. Ele foi um dos mais citados durante entrevistas realizadas entre julho e setembro de 2015 nos arredores da avenida João XXIII, onde ficam as portarias da TKCSA. Mas pessoas que tiram o sustento da pesca não foram/são as únicas impactadas pelas mudanças nos cursos de rios e canais dali (PINTO, 2015).

No conjunto habitacional São Fernando, o remanejamento dos aquíferos teve consequências emblemáticas. De acordo com relatos colhidos (PINTO, 2015), por volta de 2010 e 2011, a área residencial foi tomada por várias enchentes. Muitas casas ficaram alagadas acima da altura dos joelhos. Perderam-se sofás, camas, estantes, geladeiras, fogões. Pessoas precisaram ir dormir na casa de parentes fora dali; e quem não tinha para onde ir foi acolhida/o por igrejas e escolas.

Alguns anos antes, a Thyssenkrupp CSA desviara a rota do canal do São Fernando, aquífero que dá nome ao conjunto habitacional de 21 ruas, próximo à reta João XIII. A empresa desviou o canal sob a justificativa de que ele passava dentro do terreno doado pelo estado. Depois da intervenção humana, ele deixou de desaguar diretamente na baía.

Então, quando a enchente aconteceu e dezenas de pessoas ficaram temporariamente desalojadas, a CSA enviou colchonetes e bombas de drenagem ao conjunto habitacional; mas, de acordo com a comunicação da empresa, esse foi um gesto de boa fé, não implicou em admissão de qualquer responsabilidade pelo ocorrido (PINTO, 2015).

Depois das denúncias sobre os alagamentos, a empresa assinou um acordo de cooperação com o INEA, construiu uma Estação de Tratamento de Esgotos em São Fernando, mas apresentou um relatório o qual eximia as obras do complexo industrial de qualquer relação com os acontecimentos (THYSSENKRUPP-CSA, 2016).

O documento atribuiu toda responsabilidade a problemas originados na própria construção do conjunto habitacional, abaixo do nível do mar. Hoje em dia, na parte central do São Fernando, existe a estação de tratamento construída com o dinheiro da medida compensatória cumprida pela empresa e, justo ao lado, a quadra de esportes onde, desde julho de 2015, o projeto Usina Comunitária, também da TKCSA, oferece aulas de esporte gratuitas.

O outro conflito ambiental mais citado durante a apuração da reportagem realizada por Pinto no segundo semestre de 2015 foi a emissão continuada de particulados por parte dos altos-fornos siderúrgicos.

Em dezembro de 2010, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro denunciou a Thyssenkrupp CSA - assim como dois funcionários da empresa em cargos de liderança - por quatro crimes ambientais. A ação foi ajuizada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) e procurou dar evidências de que a TKCSA - desde a inauguração, em junho daquele ano - gerava poluição atmosférica em níveis capazes de provocar danos à saúde humana (PACS, 2015).

O principal crime denunciado foi o derramamento de ferro-gusa em poços ao ar livre. O ferro-gusa é resultado do derretimento do minério de ferro, quando entra em contato com o solo, depois de superaquecido pelo alto-forno, provoca a emissão de toneladas de material particulado – o que significa uma poeira espessa no ar que tomou casas e ruas próximas à João XXII de maneira muito acentuada mais de uma vez.

Segundo a denúncia do MP, uma das razões para a emissão ter constituído crime foi a poluição em níveis que resultaram ou poderiam haver resultado em danos à saúde humana; segundo o empreendimento, a emissão causou incômodo à vizinhança, mas era inofensiva, porque era pó de grafite. O Instituto inicialmente multou a CSA em R\$ 1,8 milhão. Depois o valor baixou para R\$ 1,3 (MOTTA, 2010).

Na grande mídia, a “chuva de prata” começou a chamar atenção um mês após se iniciarem as atividades do primeiro alto-forno, em agosto de 2010. Entrou em pauta após a denúncia de um morador das proximidades da avenida João XXIII à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (PACS, 2015).

Depois voltou a acontecer em dezembro daquele ano, tendo a companhia por isso sido multada mais uma vez, em janeiro de 2011, no valor de R\$ 2,8 milhões. Na mesma data, o estado do Rio de Janeiro exigiu da empresa outras multas e compensações no valor R\$ 14 milhões – parte desse valor foi usada em obras de pavimentação e drenagem do conjunto habitacional São Fernando (MOTTA, 2011). Em outubro de 2012, a nuvem prateada tornou a aparecer nos jornais, também através da denúncia de moradores. Desta vez, foram R\$ 10,5 milhões em multa (COSTA, 2012).

A postura da empresa tem sido a de reafirmar abertamente a improcedência das continuadas denúncias feitas por moradoras/es e atribuí-las à “falta de informação” da população em relação aos processos corriqueiros de uma siderúrgica; mesmo que as multas aplicadas pelo estado evidenciem a responsabilização da empresa (PINTO, 2015; PACS, 2015).

De acordo com a equipe de comunicação do empreendimento, os filtros usados nos altos-fornos são da mais avançada tecnologia e, depois deles, mais acima nas chaminés, existem sensores para detecção de gases tóxicos; além do mais, as três estações automáticas de monitoramento da qualidade de ar instaladas nas cercanias do complexo siderúrgico em nenhum momento dos anos de atividade da planta acusaram níveis ilegais de concentração de partículas suspensas no ar das redondezas. Esse dado é confirmado pelo INEA (PINTO, 2015).

De acordo com relatos de moradoras/es, a “chuva de prata” continuava a acontecer com frequência no segundo semestre de 2015, cinco anos depois do primeiro episódio,

embora o pó prateado contantemente espanado de móveis e carros estivesse mais fino depois das multas aplicadas à companhia (PINTO, 2015).

No que diz respeito à responsabilidade social da empresa, desde 2010 o empreendimento desenvolve, no entorno da própria planta industrial, atividades de Responsabilidade Social Empresarial (RSF) bem como compensações ambientais e sociais exigidas pelos órgãos públicos a partir de continuada pressão tanto da população local quanto de movimentos sociais. Algumas delas têm relações diretas com as denúncias realizadas, outras focam em educação e esporte.

A Usina Comunitária é o grande chapéu de RSE da TKCSA. Ele existe desde 2015 e aglomera debaixo de si projetos sociais locais financiados e/ou gerenciados pela empresa há seis anos. Segundo o setor de comunicação da própria companhia, o volume de projetos e de verba de RSE da companhia aumentou consideravelmente a partir de 2015 - após continuada sequência de denúncias ambientais. No início, a siderúrgica apoioava um reforço escolar e desenvolvia projetos majoritariamente assistencialistas na região (PINTO, 2015).

No entanto, a medida que aumentavam a pressão popular sobre o aparelho estatal, mais multas e reparações foram exigidas da empresa, que chegou a construir a primeira escola sustentável da América Latina em Santa Cruz, o Colégio Estadual Erich Walter Heine inaugurado em 2011, em parceria com o estado e a cidade do Rio de Janeiro. No website da TKCSA, a instituição de ensino figura como uma benesse da chegada da companhia ao bairro, mas nada é mencionado sobre ela ter sido resultado de compensação ambiental.

A TKCSA está na educação, na saúde, no lazer e na comunicação social do bairro. Está escrita na camisa de crianças, em cartazes de rua e no Alô Comunidade, tabloide realizado pela própria companhia e distribuído pelas ruas; reflete-se no trânsito pesado durante os horários de pico e é um fantasma na poeira prateada do ar, que se apega à superfície de carros e qualquer mobília que repouse nos quintais; intervê no curso e na vazão dos aquíferos; transforma e reinventa espaços públicos e recursos naturais.

Os discursos oficiais da empresa e do próprio governo estadual do Rio de Janeiro trabalham a ideia de que os desenvolvimentos local e nacional se beneficiam de iniciativas como a TKCSA. O setor de comunicação da empresa reiteradas vezes

ressalta medidas compensatórias e ações referentes à RSE realizadas pela companhia como muito bem-vindas no contexto de baixa qualidade de vida experimentado em Santa Cruz e arredores.

Desta maneira, ficam, de um lado, as ações de Responsabilidade Social Empresarial e, de outro, os conflitos ambientais inerente à instalação de uma companhia siderúrgica em terra pública onde viviam dezenas de famílias e ao redor da qual ainda vivem milhares de outras, muitas delas dependentes da pesca e da agricultura.

Será esse cenário complexo o ponto de partida da versão expandida deste trabalho, que será estruturada em quatro partes, além de uma apresentação e das considerações finais. Inicialmente, é traçado um breve panorama histórico da conceituação de conflito ambiental nos termos da Ecologia Política.

Em seguida, os dois conflitos ambientais mais citados durante entrevistas com moradoras/es de Santa Cruz sobre a TKCSA são apresentados e dimensionados. São eles: as mudanças nos aquíferos acontecidas após a chegada do empreendimento e a emissão de particulados no ar por parte dos altos-fornos da siderúrgica.

Já a terceira parte do artigo coleta as respostas da empresa e do estado do Rio de Janeiro para cada um dos dois conflitos trabalhados aqui, inclusive medidas compensatórias e ações categorizadas pela própria TKCSA como de Responsabilidade Social Empresarial. E, finalmente, a quarta parte contrapõe a dimensão do conflito ambiental ao alcance da resposta da empresa e do estado do Rio de Janeiro.

2. Objetivos:

O objetivo geral desta investigação é situar o caso da TKCSA na bibliografia de conceituação de conflito ambiental para, em seguida, contrapor os conflitos existentes com as medidas compensatórias e de RSF realizadas pela companhia.

Nossa proposta é de mapeamento das denúncias de conflito ambiental feitas tanto pelo Ministério Público e pelo INEA quanto por instituições não-governamentais, movimentos sociais e moradoras/es dos arredores da avenida João XXIII, de forma: (i) a identificar quais aspectos do conflito são levados em consideração nas denúncias; (ii) de

que maneiras as disputas de interesse entre sociedade e empresa são tratadas através de RSF e medidas compensatórias.

3. Conclusões:

Os conflitos ambientais em Santa Cruz existem desde o começo da instalação da TKCSA e têm sido sistematicamente negados pelas relações empresa-Estado, as quais têm falhado em adicionar a voz da sociedade às decisões políticoeconômicas envolvidas no funcionamento de uma planta siderúrgica de tamanha magnitude.

O direito da população local de tomar decisões de maneira coletiva em relação ao território onde vivem é deslegitimado pela negação sistemática da existência de conflitos ambientais quando grandes empreendimentos se instalam em territórios residenciais periféricos.

Assim, ficam as denúncias fragmentadas e maqueia-se a disputa de interesses entre sociedade e empresa através de ações de RSF e de medidas compensatórias.

4. Palavras-chave:

ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico, Responsabilidade Social Empresarial, conflito ambiental

5. Referências:

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Relume Dumará, Fundação Heinrich Boll: Rio de Janeiro, 2004.

ARAUJO, Eliane Rocha. **Responsabilidade Social Empresarial, Comunidade e Cidadania Participativa**: um Estudo de Caso. 189 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2006.

CAVALLIERI, Fernando; LOPES, Gustavo Peres. **Índice de Desenvolvimento Social – IDS**: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. Instituto

Municipal de Urbanismo Pereira Passos/ Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2394_%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Social_IDS.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2016.

COSTA, Célia. CSA é multada em R\$ 10,5 milhões por emissão de resíduos. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 1 nov. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/csa-multada-em-105-milhoes-por-emissao-de-residuos-6611543>>. Acesso em: 3 ago. 2016.

DURÃO, Mariana. Após seis anos, CSA tenta, de novo, licença para operar. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 mar. 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,apos-6-anos--csa-tenta--de-novo--obter-licenca-para-operar,10000023204>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

HOFFMANN, Sandra. **Secretaria do Meio Ambiente Multa CSA em R\$ 10,5 milhões por nova ‘chuva de prata’ em região de Santa Cruz**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente/ Governo do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=1307467>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

LEFF, Enrique. **¿De quién es la naturaleza?** Sobre la reapropiación social de los recursos naturales. *Gazeta Ecológica México*. México: Nueva Época/ SEMARNAP, n. 37, 1995.

MOTTA, Cláudio. Estado multa CSA em R\$1,8 milhão por conta de poluição no ar. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 23 ago. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/estado-multa-csa-em-18-milhao-por-conta-de-poluicao-no-ar-2962231>>. Acesso em: 4 ago. 2015.

_____. Estado multa CSA em R\$2,8 milhões e siderúrgica fará obra de R\$14 milhões para compensar danos. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 6 jan. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/estado-multa-csa-em-28-milhoes-siderurgica-fara-obras-de-14-milhoes-para-compensar-danos-2842673>>. Acesso em: 4 ago. 2015.

PACS. **Pare TKCSA**. Disponível em: <<http://paretkcsa.org/>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

PINTO, Janaína Bezerra. **Reta João XXIII**: vida nas franjas do desenvolvimento nacional. PACS: Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < <http://paretkesa.org/reta-joao-xxiii-vida-nas-franjas-do-desenvolvimento-nacional/>>. Acesso em: 8 ago. 2015.

THYSSENKRUPP-CSA. **Institucional**. Disponível em: <http://www.thyssenkrupp-csa.com.br/institucional/>. Acesso em 10 jun. 2015.

_____. Termo de Ajustamento de Conduta. Disponível em: < <http://www.thyssenkrupp-csa.com.br/prestacao-de-contas/termo-de-ajustamento-de-conduta/>>. Acesso em: 5 jul. 2016.